



ARTIGO

DESBUROCRATIZAÇÃO
DOS CRÉDITOS DE ICMS

O cenário tributário no Brasil tem sido, por um longo período, um desafio significativo para as empresas que operam no país. Entre os diversos obstáculos enfrentados, a acumulação de créditos tributários emerge como um dos mais prejudiciais à competitividade do setor empresarial brasileiro. Especificamente, no que se refere ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a complexidade das regras e regulamentações relacionadas ao uso dos créditos tem resultado em uma significativa acumulação desses, com potenciais consequências para a saúde das empresas. Um dos problemas centrais reside nas limitações impostas pelas legislações estaduais, que dificultam a compensação de débitos com os créditos acumulados. Essas limitações variam desde o tipo de débito que pode ser compensado até a própria burocracia envolvida no processo. O resultado é que as empresas enfrentam barreiras substanciais para utilizarem seus créditos acumulados de maneira eficaz e estratégica.

Esta situação acarreta efeitos negativos em cadeia. A acumulação de créditos de ICMS implica em um custo financeiro adicional para as empresas, uma vez que elas precisam recorrer a recursos externos, como empréstimos bancários, para cumprir suas obrigações tributárias. Isso gera um ônus financeiro que impacta a saúde econômica das empresas e sua capacidade de investir em crescimento e inovação.

Para reverter essa situação e fortalecer a competitividade das empresas brasileiras, torna-se imprescindível promover uma reforma na legislação vigente. E nesse sentido, já há uma movimentação em andamento por parte das autoridades políticas brasileiras. O Projeto de Lei Complementar 36/23, de autoria do deputado Newton Cardoso Jr (MDB-MG), está em discussão, propondo alterações na Lei Kandir, que regula o ICMS, o principal tributo estadual.

A proposta autoriza os contribuintes a utilizarem os créditos no pagamento de débitos relacionados ao ICMS-ST (substituição tributária), ao ICMS-Importação e ao ICMS-Difal (diferencial de alíquotas). Além disso, a proposta possibilita também a transferência de créditos de ICMS para terceiros, embora sujeita à aprovação prévia do fisco estadual. O projeto aguarda análise das comissões de Finanças e Tributação, assim como da Constituição e Justiça e de Cidadania. Após essa análise, seguirá para o Plenário.

Diante da perspectiva de mudanças significativas no sistema tributário, especialmente no que se refere à saúde financeira das empresas, é fundamental que os parlamentares se unam para apoiar iniciativas voltadas para a desburocratização e a otimização dos processos, fomentando um ambiente mais propício para os negócios e para a competitividade.

Num momento em que a economia global é altamente competitiva, o Brasil não pode se dar ao luxo de manter barreiras tributárias que prejudicam suas próprias empresas. Com ação política determinada e colaboração entre os setores público e privado, é possível promover reformas que aliviem o peso das obrigações tributárias sobre as empresas brasileiras, permitindo que elas compitam de maneira mais justa e eficaz tanto em âmbito nacional quanto internacional.

O momento para agir é agora.

Ambiente
mais propício
para os
negócios e
para a
competitividade

Diário da Serra

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP:78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds  @diariodaserra

TANGARÁ DA SERRA

Cultura realiza Conferência
Municipal em setembro



CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA
05/09 - 19H00
CENTRO CULTURAL DE TANGARÁ DA SERRA

"A participação popular é indispensável. Contamos com você!"

"Democracia e
Direito à Cultura"
será debatido na
próxima semana

REDAÇÃO DS / Assessoria Secel-MT

A Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) realiza entre os dias 24 a 26 de outubro, em Cuiabá, a 5ª Conferência Estadual de Cultura. O evento vai reunir representantes do poder público e da sociedade civil para debater, avaliar e propor diretrizes e ações para as políticas culturais em Mato Grosso, em alinhamento com o tema nacional "Democracia e Direito à Cultura". A realização das conferências locais e regionais é uma das prerrogativas para participação de estados e municípios na Conferência Nacional de Cultura, agendada para 4

a 8 de março de 2024, em Brasília. Nos eventos municipais e estaduais, além de avaliação e proposição de ações e metas, também são eleitos os representantes legais que terão direito a voto no encontro nacional, que define os eixos prioritários para investimentos na cultura de todo país.

Em Tangará da Serra a Conferência Municipal de Cultura já está marcada para a próxima semana, na terça-feira, dia 5 de setembro. "Artistas de Tangará da Serra, chegou a hora de sugerir ideias, avaliar os passos da realidade local e traçar novos objetivos para a cultura tangaraense. Vem aí a Conferência Municipal de Cultura e a participação popular é indispensável. Contamos com você!", convidam os responsáveis. O encontro será no Centro Cultural, a partir das 19h.

"Após um hiato de cin-

co anos sem realização, a 5ª Conferência Estadual é um marco para a cultura em Mato Grosso. Passamos por períodos difíceis com a pandemia e a extinção do Ministério da Cultura, e agora o contexto mudou, podemos novamente nos reunir para planejar, avaliar, propor ações para o desenvolvimento da nossa cultura", destaca o secretário adjunto de Cultura, Jan Moura.

A Conferência de Cultura é uma instância de participação social prevista na lei do Sistema Estadual de Cultura, que prevê a articulação entre Estado, municípios e organizações culturais e sociais para avaliar a execução do Plano Estadual de Cultura. É nesse encontro que os representantes propõem diretrizes, estratégias, programas e ações para o desenvolvimento da política cultural de Mato Grosso.

CAMPO NOVO

Assessoria

Apresentações inspiradoras encantam
alunos da rede municipal

Ocorreu nesta segunda-feira, 28, apresentações alusivas ao projeto União Faz a Vida, na Escola José Delfino, em Campo Novo do Parecis. Ao trabalharem em conjunto as crianças aprendem sobre a interconexão entre suas ações e o bem-estar coletivo, contribuindo para um futuro mais participativo e solidário.

O Programa "A União Faz a Vida", lançado em 1995 pela Fundação Sicredi, é uma notável iniciativa de alcance nacional. Seu propósito é instilar valores de cooperação e cidadania em crianças e adolescentes. Por meio de uma metodologia de ensino única, o programa busca revolucionar a forma como aprendemos, promovendo um crescimento conjunto para toda a sociedade.

Essa iniciativa é implementada junto a alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, bem como em organizações da sociedade civil focadas em jovens. Ao enfatizar a importância da cooperação, o programa não apenas enriquece o desenvolvimento pessoal dos participantes, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais solidária e consciente de seu papel coletivo.

A Escola José Delfino é adepta do programa desde sua inauguração, se tornando uma escola de aplicação, onde todas as turmas trabalham no projeto.